



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2016, o trabalho na Petrobras Biocombustível buscou o alinhamento com o Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 da Petrobras, que passou a ser a referência principal para a tomada de decisões. O PNG indicou o seguinte: "Otimizar o portfólio de negócios, saindo integralmente das atividades de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento".

Foi com esse pano de fundo que trabalhamos para obter maior eficiência operacional e melhoria do desempenho financeiro, dando curso às ações necessárias para realizar o processo de desinvestimento no setor de biocombustíveis. Já em novembro, a Usina de Quixadá foi hibernada, pois seus resultados financeiros não poderiam ser revertidos em curto prazo devido às condições de mercado.

Dando seguimento ao processo de desinvestimento, foram negociadas participações no segmento de etanol, processo que culminou com a venda das ações da Guarani S.A. e a incorporação da coligada Nova Fronteira pela São Martinho. Adicionalmente, a Petrobras estuda a melhor estratégia de alienação das usinas de biodiesel de Candeias e de Montes Claros, que continuam em operação.

Encerramos o ano trabalhando no detalhamento das ações que serão tomadas em 2017 como parte do processo de desinvestimento no setor de biocombustíveis, sempre mantendo os princípios que têm nos orientado até aqui: redução de custos, otimização de processos, melhoria de produtividade e geração de caixa.

Luiz Fernando Marinho Nunes
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. A PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL EM 2016

No mês de outubro, a companhia recebeu o Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 da Petrobras, que indicou a saída da produção no setor de biocombustíveis e a opção por se manter apenas as pesquisas sobre energias renováveis, tendo em vista o desenvolvimento de tecnologias e a manutenção de competências técnicas que permitam o retorno ao negócio em bases mais competitivas no futuro.

Esse novo posicionamento trazido pelo PNG 2017-2021 passou a direcionar a gestão da Petrobras Biocombustível desde então. Sem perder o alinhamento estratégico, a companhia manteve os esforços para aumentar a eficiência operacional, reduzir custos e melhorar a competitividade, de forma a propiciar os melhores resultados e a implementar as ações necessárias para o desinvestimento no setor.

1.1. Etanol

A Petrobras Biocombustível vinha atuando no segmento de etanol por meio de três empresas investidas - Guarani (SP), Nova Fronteira (GO) e Bambuí (MG) -, totalizando 1,15 milhão de m³ de etanol produzidos em 2016. Os resultados significativos no segmento propiciaram a negociação de suas participações na Nova Fronteira e na Guarani. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou essas transações comerciais em janeiro de 2017, permitindo a conclusão do processo ao longo de fevereiro.

A Nova Fronteira Bioenergia moveu 4,86 milhões de toneladas de cana e a produção de etanol atingiu a marca de 412,05 mil m³. Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 15 de dezembro, a investida da Petrobras Biocombustível foi incorporada à São Martinho, por meio da permuta de ações. Com a transação, a companhia passou a deter aproximadamente 6,0% do capital social votante e total da São Martinho, em substituição à participação de 49% na Nova Fronteira. Essas ações não estarão sujeitas a qualquer tipo de restrição (lock-up) e a Petrobras Biocombustível poderá vender, a qualquer tempo, sua participação na São Martinho por meio de um processo estruturado.

Na Guarani, a moagem de cana totalizou 20,12 milhões de toneladas e a produção de etanol, 636,35 mil m³. No início do ano, a participação da Petrobras Biocombustível havia subido de 42,95% para 45,97%, após aporte previsto em acordo de investimentos. Em 21 de outubro, a companhia comunicou ao mercado que havia dado início ao processo de desinvestimento na empresa coligada. Em 28 de dezembro, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras Biocombustível, por recomendação do Conselho de Administração da Petrobras, autorizou a venda da totalidade da participação na Guarani para a Tereos Participações por US\$ 202 milhões. Com relação à Bambuí Bioenergia, a Petrobras Biocombustível deixou de exercer o direito de subscrição de ações não aportando novos recursos junto ao sócio, o que levou à redução na participação societária de 44% para 28,67%. A safra de cana na empresa mineira foi de 1,2 milhão de toneladas e a produção de etanol foi de 104,61 mil m³. Como o investimento na coligada Bambuí foi provisionado em sua totalidade para perda em 2015, o resultado dela não impactou o da Petrobras Biocombustível no ano de 2016.

O resultado com equivalência patrimonial das investidas no segmento etanol foi negativo igual a R\$ 16,1 milhões, frente ao prejuízo de 2015, que foi de R\$ 95,5 milhões. No entanto, se adicionarmos os gastos de sede e as provisões para perda por impairment e por alienação/incorporação dos ativos da Guarani (-R\$ 594,2 milhões) e da Nova Fronteira (-R\$ 99,5 milhões), o segmento teria prejuízo em 2016 de 709,8 milhões.

1.2. Biodiesel e Suprimento Agrícola

Em 2016, a Petrobras Biocombustível aumentou a eficácia dos processos produtivos nas áreas operacionais e fortaleceu uma forma de gestão mais integrada. Nesse sentido, a centralização das atividades de suprimentos de bens e serviços na sede, bem como o incremento dos processos de compra de matéria-prima, melhoraram o desempenho das usinas próprias. O elevado custo de matérias-primas e as baixas margens obtidas com a venda do biodiesel nos leilões da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tornaram o funcionamento da unidade de Quixadá inviável do ponto de vista econômico. Sem perspectiva de reversão dos resultados, a companhia iniciou, no mês de novembro, o processo de hibernação da usina cearense e terminou o ano operando apenas as usinas de Candeias (BA) e de Montes Claros (MG). Juntas, as unidades entregaram 295,6 mil m³ de biodiesel, volume 4% menor do que em 2015.

Adicionalmente, a companhia diversificou as aquisições de matérias-primas de cooperativas de agricultores familiares, tendo incluído o coco seco, o óleo de frango e o óleo de macacão. Essas ações levaram à redução dos custos para manutenção do Selo Combustível Social e ao aumento da produtividade em relação aos anos anteriores. A atuação no semáforo foi responsável pela aquisição de um volume que representa 65% da quantidade necessária para o cumprimento das exigências do selo.

As unidades de Marialva (PR) e Passo Fundo (RS), pertencentes à BSBios Sul Brasil, empresa na qual a Petrobras Biocombustível possui participação de 50%, entregaram 397,31 mil m³ de biodiesel em 2016, volume 8% maior do que no ano anterior.

Em parceria partilhada com a Gaip Energia, a Belem Bioenergia Brasil (BBB) atraiu atualmente o cultivo de palma em uma área total de 42 mil hectares no Estado do Pará. Em função de prioridades estratégicas, os investimentos industriais dependentes de aportes dos atuais acionistas foram descontinuados. Em 2017, foi aprovada parceria para 22 mil hectares dos palmiers plantados, o que viabilizará o ingresso de recursos de terceiros para implantação de uma unidade extratora de óleo. Os estudos de alternativas para a área remanescente seguem em andamento.

O resultado do segmento biodiesel em 2016 foi de (-R\$ 270,4 milhões), sendo que (-R\$ 111,3 milhões) são referentes à produção de biodiesel e (-R\$ 159,1 milhões), ao resultado das coligadas BSBios, Bioóleo e BBB. A principal razão do resultado operacional

foi o aumento do custo de matérias-primas (+26%), que não foi compensado pelos preços maiores do biodiesel (+18%), e as provisões para perda dos investimentos das usinas de biodiesel (testes de impairment). A decisão do Conselho de Administração da Petrobras Biocombustível pelo fechamento da Usina de Quixadá, tomado em setembro de 2016, acarretou a provisão para perda nesse exercício de todo o investimento realizado na usina (-R\$ 16,9 milhões), e com a segregação das unidades geradoras de caixa, que passou a ser composta somente pelas usinas de Candeias e de Montes Claros, houve uma reversão da provisão de impairment feita em 2015 no valor de +R\$ 21,0 milhões. Quanto às participações, o resultado é explicado pela baixa geração operacional, encargos financeiros elevados dessas empresas e provisão para impairment na BSBios (-R\$ 46,4 milhões), BBB (-R\$ 52,8 milhões) e Bioóleo (-R\$ 3,6 milhões).

1.3. Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

A Petrobras Biocombustível concluiu, em 2016, o primeiro ciclo do processo de Avaliação de Gestão de SMS em suas usinas próprias de biodiesel. O índice de aderência médio da companhia às diretrizes adotadas pela Petrobras foi de 64%. A empresa também realizou uma revisão dos seus processos, atividades e responsabilidades na gestão de SMS, o que permitiu maior aproximação entre as unidades operacionais e a sede administrativa, tornando mais eficiente o gerenciamento e o acompanhamento das atividades. A uniformização das práticas e das ferramentas de gestão permitiu ampliar a segurança da operação, tornando-a ainda mais eficiente e ambientalmente adequada.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

A Petrobras Biocombustível, buscando aprimorar sua gestão, centralizou na sede as atividades administrativas de suprimento de bens e serviços e de recursos humanos de suas usinas de biodiesel. Além disso, também reuniu as atividades de comercialização e logística e de participações. Tal iniciativa gerou maior sinergia entre a área corporativa e as unidades operacionais, bem como possibilitou a revisão da estrutura organizacional, permitindo redução de custos e padronização de processos.

No tocante ao desenvolvimento da força de trabalho, foram realizadas 8.065 horas de treinamento nas áreas técnica, operacional, administrativa, gerencial e de segurança, meio ambiente e saúde. A companhia também realizou o curso de prevenção à corrupção, que foi concluído por 95% dos empregados, incluindo todo o quadro de gestores.

2. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

2.1. Membros do Conselho de Administração:

Jorge Celestino Ramos (Presidente do Conselho)
Patrick Horbach Fairon
Luiz Fernando Marinho Nunes
Carlos Felipe Guimarães Lodi

2.2. Membros da Diretoria Executiva:

Luiz Fernando Marinho Nunes - Presidente, Diretor de Etanol e Diretor Administrativo e Financeiro
Ricardo Greenhigh Barreto Neto - Diretor de Biodiesel e de Suprimento Agrícola

2.3. Membros do Conselho Fiscal:

Titulares:
André Mary Sampaio (Presidente)
Wilson Rodolfo de Souza Gomes
Priscila Maria Santana

Suplentes:

Glauco José de Araujo Silva
Heraldo da Costa Belo
Leandro Giacomazzo

3. AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível agradece todos os colaboradores e parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	565	2.248	Fornecedores	15	105.856	435.145
Contas a receber, líquidas	9	149.707	192.303	Impostos e contribuições sociais a recolher	17	2.218	2.269
Estoques	10	49.892	43.202	Salários, férias, encargos e participações		6.098	6.840
Impostos e contribuições sociais a recuperar	17	26.772	20.821	Cessão de recebíveis - FIDC	18	44.651	41.790
Adiantamento a fornecedores		3.638	4.360	Outras contas e despesas a pagar		974	1.461
Outros ativos circulantes		102	122			159.763	487.305
		230.676	263.054	Não circulante			
Ativos classificados como mantidos para venda	11.2	1.126.338	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	367.473
		1.357.014	263.054	Planos de pensão e saúde	19	6.007	2.045
Não circulante				Provisão para processos judiciais	24	2.618	1.508
Realizável a longo prazo				Outras contas e despesas a pagar		865	865
Adiantamento a fornecedores	3	31	31			9.490	371.891
Impostos e contribuições sociais a recuperar	17	7.709	9.342	Patrimônio líquido	20		
Depósitos vinculados		3.730	2.072	Capital realizado		4.340.218	3.568.612
Outros ativos realizáveis a longo prazo	16	-	176.431	Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
		11.442	187.876	Outros resultados abrangentes		65.802	(360.942)
Investimentos	12	42.753	1.344.303	Prejuízos acumulados		(3.041.322)	(2.155.458)
Imobilizado	13	104.866	98.290			1.346.938	1.034.452
Intangível		116	125			1.516.191	1.893.648
		159.177	1.630.594	Total do passivo e do patrimônio líquido			
Total do ativo		1.516.191	1.893.648				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Continua


 MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2016	2015
Receita de vendas de produtos e serviços	21	838.636	768.735
Custo dos produtos vendidos	22	(919.896)	(844.503)
Prejuízo bruto		(81.260)	(75.768)
Despesas de vendas	22	(5.608)	(6.675)
Despesas gerais administrativas	22	(83.266)	(95.765)
Despesas tributárias		(8.251)	(3.963)
Outras despesas (receitas), líquidas	23	9.254	(161.672)
		(87.871)	(268.075)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e participações em investimentos		(169.131)	(343.643)
Resultado financeiro líquido		145.294	74.320
Despesas financeiras	25	(8.968)	(40.032)
Receitas financeiras	25	154.292	114.352
Resultado de participações em investimentos	12	(71.071)	(143.002)
Perda em investimentos e ativos mantidos para venda	14	(790.956)	(543.346)
Prejuízo do exercício		(885.864)	(955.871)
Prejuízo por lote de mil ações do capital social - básico e diluído (em R\$)		(2.132,15)	(2.730,41)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2016	2015
Prejuízo do exercício		(885.864)	(955.871)
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos / (Perdas) atuariais - Plano de Pensão e Saúde			
Reconhecido no patrimônio líquido	19	(2.780)	986
Itens que serão reclassificados no resultado			
Participação no resultado abrangente das investidas			
Ajustes acumulados de conversão	12	140.784	(6.132)
Propriedade para investimentos	12	-	4.651
Resultados não realizados no hedge de fluxo de caixa	12	288.740	(321.484)
Resultado abrangente total		(459.120)	(1.277.850)
Atribuível ao:			
Acionista da Sociedade		(459.120)	(1.277.850)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital	Outros resultados abrangentes	Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.465.123	(17.760)	(2.550)	(36.413)	(1.199.587)	2.208.813	
Integralização de capital	103.489	-	-	-	-	103.489	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(955.871)	(955.871)	
Outros resultados abrangentes:							
Plano de Pensão e Saúde	-	-	-	-	986	986	
Ajuste acumulado de conversão - da investida	-	-	(6.132)	-	-	(6.132)	
Propriedade para investimentos	-	-	-	-	4.651	4.651	
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa - da investida	-	-	-	-	(321.484)	(321.484)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.568.612	(17.760)	(8.682)	(352.260)	(2.155.458)	1.034.452	
Integralização de capital	771.606	-	-	-	-	771.606	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(885.864)	(885.864)	
Outros resultados abrangentes:							
Plano de Pensão e Saúde	-	-	-	-	(2.780)	(2.780)	
Ajuste acumulado de conversão - da investida	-	-	140.784	-	-	140.784	
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa - da investida	-	-	-	-	288.740	288.740	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.340.218	(17.760)	132.102	(66.300)	(3.041.322)	1.348.938	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(885.864)	(955.871)
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	1.183	1.154
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(2.719)	(2.329)
Resultado de participações em investimentos	71.071	143.002
Provisão para perdas em investimentos e ativos mantidos para venda	790.956	543.346
Depreciações e amortização	5.463	10.062
Provisão (reversão) para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(30)	150
Provisão (reversão) para perdas com projetos próprios cancelados	(62)	6.672
Provisão (reversão) para perdas na recuperação de ativos próprios	(4.173)	60.927
Encargos financeiros não realizados	5.473	4.574
Provisão para perdas contratuais	-	91.865
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	(53)	(481)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	8.360	(28.019)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(4.318)	(1.792)
Estoques	(6.637)	1.713
Outros ativos circulantes e não circulantes	(886)	(9.068)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(61.193)	(166.672)
Contas a pagar	1.718	1.019
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(53)	(544)
Outros passivos	(1.666)	(8.155)
Recursos líquidos aplicado nas atividades operacionais	(83.431)	(308.627)
Atividades de investimentos		
Aportes em investimentos	(348.956)	(124.750)
Aquisições em ativos imobilizados	(7.771)	(28.106)
Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	36.984	(21.253)
Intangível	(27)	(120)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de Investimento	(319.770)	(174.229)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aportes da Petrobras (Controladora)	404.133	447.840
Financiamento - Cessão de recebíveis - FIDC		
Captações	203.776	224.035
Amortização de Principal	(206.389)	(186.819)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamento	401.520	485.056
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(1.681)	2.200
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.246	46
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	565	2.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2016	2015
Recetas		
Vendas de produtos e serviços	969.737	895.600
Descontos e abatimentos	(195)	(43)
Provisão (reversão) para perdas em créditos de liquidação duvidosa	30	(150)
Outras receitas, líquidas	4.255	2.647
	973.827	898.054
Insunhos adquiridos de terceiros		
Materias-primas consumidas	(805.719)	(673.617)
Custo das mercadorias revendidas	(16.577)	(38.359)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros	(97.513)	(83.893)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(83.302)	(105.124)
Resultado com projetos próprios cancelados	(62)	(6.672)
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	53	481
Provisão para perdas contratuais	-	(91.865)
Reversão (Perda) na recuperação de ativos próprios	4.173	(60.927)
	(998.947)	(1.059.796)
	(25.120)	(161.742)
Valor consumido bruto	(5.463)	(10.062)
Retenções		
Depreciação e amortização	(5.463)	(10.062)
	(30.583)	(171.804)
Valor consumido pela companhia		
Valor consumido/recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	(71.071)	(143.002)
Provisão para perdas em investimentos e ativos mantidos para venda	(790.956)	(543.346)
Receitas financeiras	154.292	114.352
	(707.735)	(571.996)
Valor consumido a distribuir	(738.318)	(743.800)
Distribuição do valor consumido/gerado		
Pessoal		
Remuneração direta	73.225	100.707
Salários	73.225	100.707
Benefícios	9.165	12.863
Vantagens	3.774	7.163
Plano de aposentadoria e pensão	2.476	2.398
Plano de saúde	2.915	3.302
FGTS	2.129	1.981
	84.519	115.551
Tributos		
Federais	8.309	8.204
Estaduais	21.502	25.143
Municipais	297	278
	30.108	33.625
Instituições financeiras e fornecedores		
Despesas com juros, variações cambiais e monetárias	8.998	40.032
Despesas com alugueis	23.921	22.863
	32.919	62.895
Acionistas		
Resultado do exercício	(885.864)	(955.871)
Valor consumido/gerado distribuído	(738.318)	(743.800)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO" ou "companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção de etanol e biodiesel, bem como quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações.

Na execução de suas atividades, a companhia poderá constituir subsidiárias, no país ou no exterior, participar em sociedades controladas ou coligadas, bem como associar-se, majoritariamente e/ou minoritariamente a outras sociedades. A companhia poderá adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

A companhia foi constituída com o objetivo de atender às necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Os prejuízos em suas operações têm gerado a necessidade de aportes por parte da Petrobras para cobrir a geração operacional negativa, incluindo capital de giro, e os investimentos para a manutenção dos negócios.

A Petrobras durante o ano de 2016 aprovou um plano de desinvestimento amplo em suas diversas áreas de atuação. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da companhia. O impacto desse plano na companhia por segmento está descrito nas notas 1.1, 1.2 e 1.3, a seguir.

Durante o exercício de 2016 os aportes, líquidos de valores anteriormente adiantados para futuro aumento de capital, realizados pela Petrobras (Controladora), para fins de investimentos e operacionais, totalizaram R\$ 404.133.

1.1. Segmento de Biodiesel

Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias (BA), a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras. A usina de Quixadá (CE) foi inaugurada em 20 de agosto de 2008 e a usina de Montes Claros (MG) em 06 de abril de 2009.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, interrompendo sua produção face aos resultados econômicos insatisfatórios, gerando a necessidade de provisão para perda por desvalorização apurada no teste de recuperabilidade.

A companhia também possui parceria com a BSPAR - BSBIOS Participações S/A na empresa BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. que possui duas usinas, uma localizada em Passo Fundo (RS) e outra em Marialva (PR). A capacidade total de produção de biodiesel das quatro unidades é de 794 milhões de litros por ano. Todas as usinas têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em 2016, a companhia investiu no segmento de biodiesel R\$ 5.130, em melhorias operacionais das usinas de produção, para alcançar melhor eficiência operacional, além de manter os esforços para a redução de custos e otimização de matérias primas, visando o aumento da rentabilidade de suas operações.

1.2. Segmento de Etanol

A companhia possui participações societárias na Guarani S.A. (Guarani), Nova Fronteira Bioenergia S.A. (Nova Fronteira) e Bambuí Bioenergia S.A. (Bambuí), com a capacidade total de moagem de 31,2 milhões de t/ano de cana-de-açúcar.

Na Bambuí, a moagem da cana-de-açúcar no Brasil totalizou 1,20 milhão de toneladas e uma produção de 103 mil m³ de etanol hidratado. Em 2016, a companhia reduziu sua participação nesta empresa para 28,67% (43,58% anteriormente), não exercendo, em maio, seu direito de subscrição de ações. A companhia integralizou um aporte de R\$ 5.000, realizado em 29 de outubro de 2015, registrado como provisão de perda por recuperabilidade em 2015, sendo capitalizado apenas em 2016.

Na Guarani, a moagem da cana-de-açúcar totalizou 21,124 milhões de toneladas, produzindo 636 m³ de etanol e 1.567 milhões toneladas de açúcar. A participação subiu de 42,95% para 45,97% após aporte realizado em janeiro de 2016 no valor de R\$ 288.096, previsto no Acordo de Investimentos. Em dezembro de 2016, a companhia aprovou a alienação a totalidade de sua participação na Guarani para uma empresa do grupo francês Teros.

Na Nova Fronteira, a moagem de cana-de-açúcar foi de 4,86 milhões de toneladas e a produção de etanol, 412 mil m³. Em dezembro, foi aprovada a incorporação da Nova Fronteira pela São Martinho por meio de permuta de ações. Com essa transação, a companhia passará a deter 6,593% das ações da São Martinho, em substituição à sua participação de 49% na Nova Fronteira.

A alienação da participação e a troca de ações da Nova Fronteira pela São Martinho após a incorporação estão alinhadas ao Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 da Petrobras, que prevê sua saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento.

1.3. Segmento Agrícola

A companhia possui parceria com a Galp Bioenergy B.V na empresa Belem Bioenergia Brasil (BBB), através do Programa Belem, que abrange o cultivo de palma, a extração e exportação de óleo e a produção de 270 mil toneladas anuais de green-diesel em Portugal. A área total plantada com palma no Pará é de 42 mil hectares. Em função de priorização de investimentos, a instalação das extratoras de óleo de palma no Brasil e a construção da planta industrial foram postergadas. Em 24 de janeiro de 2017 foi celebrada uma parceria entre a BBB e a Denê do Tauá S.A. (Dentauá), empresa sediada no Estado do Pará que tem por objeto social a produção e comercialização de óleo de palma e derivados.

Em 2016, a companhia realizou aportes no valor total de R\$ 84.060 na Belem Bioenergia Brasil para suprir suas necessidades operacionais, sendo R\$ 3.200, realizado em 28 de dezembro de 2015, registrado como provisão de perda por recuperabilidade em 2015 e capitalizado em 2016.

Em outro empreendimento, com participação societária na Biocoleo Industrial e Comercial S.A. (Biocoleo), a companhia atua no processamento de grãos de mamona, algodão e girassol e no refino de óleo vegetal bruto. A fábrica, em Feira de Santana (BA), tem capacidade instalada para o processamento de 130 mil t/ano de grãos de mamona e semirefinao de 54 mil ton/ano de óleo degomado de soja e óleo bruto de algodão.

2. Entidades do Grupo

Em 31 de dezembro, a companhia possuía participação nas seguintes entidades:

	% Participação no capital			
	2016		2015	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Empreendimentos controlados em conjunto				
BSBIOS Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Biocoleo Industrial e Comercial S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Nova Fronteira Bioenergia S.A. (*)	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%
Belem Bioenergia Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Coligadas				
Bambuí Bioenergia S.A.	28,67%	28,67%	43,58%	43,58%
Guarani S.A. (*)	45,97%	45,97%	42,95%	42,95%

(*) Ativos classificados como mantidos para venda.

3. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.641/06, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 03 de abril de 2017, aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

3.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de seus Empreendimentos Controlados em Conjunto e Coligadas no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

As variações cambiais sobre os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

4. "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Histórico

Em 2009, a Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014 e ao longo de 2015, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, através do qual essas empresas, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras, entre outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. A Petrobras não realizou qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram estes valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras.

A Petrobras monitorou as investigações da "Operação Lava Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. As investigações externas envolvem também outras empresas do Sistema Petrobras, incluindo a Petrobras Biocombustível S.A. Como resultado, não foram identificadas informações que ensejassem qualquer impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

5.1. Instrumentos financeiros

5.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5.1.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas com crédito de liquidação duvidosa.

A companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas e outras despesas operacionais.

5.1.3. Instrumentos financeiros não derivativos

A companhia registra os instrumentos no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração, da seguinte forma:

- A companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- A companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- A companhia tem como passivos financeiros não derivativos os fornecedores, contas a pagar a empresas ligadas e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a companhia se torna uma parte das disposições contratuais de instrumento, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A companhia baixa um passivo quando tem suas obrigações retiradas, canceladas ou vendidas.

5.2. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreende, principalmente, os estoques de oleaginosas e seus óleos, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os produtos contemplam, principalmente, biocombustíveis, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de biodiesel.

Os materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

5.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

A companhia participa em empreendimentos controlados em conjunto, sendo assim as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em entidades Coligadas, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

5.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor, deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas, que não resultem em alteração de controle não são consideradas em uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

Nessa companhia, o ágio relativo à aquisição de participação em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é segregado em "expectativa de rentabilidade futura - goodwill" e "mais valia de ativos", apresentados nas demonstrações contábeis no grupo investimento. A parcela relativa ao goodwill não é amortizada e tem seu valor recuperável testado anualmente.

5.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são reconhecidos no ativo imobilizado quando os requisitos de reconhecimento são atendidos. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos como resultado do período (custo ou despesa).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

5.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), sendo composto por softwares. Nas demonstrações contábeis, o ágio (goodwill) é apresentado no investimento.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

5.7. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). O ágio relativo à aquisição de participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, independentemente de haver indicativos de perda de valor, tem sua recuperação de valor testado anualmente.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

5.8. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

A Petrobras aprovou um plano de desinvestimento e está estudando oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de ativos para potencial alienação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da companhia.

Para a companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Estes ativos e seus passivos associados devem ser mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

5.9. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

5.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos, incluindo benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.11. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável quando aplicável, com base nas alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, propostos de acordo com estudo técnico aprovado pela Administração da companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

5.12. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com o plano de benefícios de pensão e aposentadoria e o de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquidos dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A companhia contribui para o plano com característica de contribuição definida, cujo percentual é baseado na folha de pagamento, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida.

5.13. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

5.14. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de hedge de fluxo de caixa e de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão e saúde com contribuição definida, bem como o ajuste acumulado de conversão.

5.15. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como outras receitas ao longo do período, decorrente da redução de ICMS.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, quando for aplicável.

5.16. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando a companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

O resultado financeiro líquido inclui, principalmente, receitas pela concessão de fianças, receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre eventuais atrasos em pagamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

6.1. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (impairment)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGC's envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e seus impactos sobre os resultados dos testes de recuperabilidade de ativos de longa duração podem ser significativos. As premissas apresentadas a seguir foram utilizadas de forma consistente pela companhia:

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) identificadas pela companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que fazem parte de determinadas UGC's.

Continua



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.
CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente.

UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e ii) investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ativo (goodwill), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre investimentos e redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 12 e 14.

6.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

• Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

• Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuárias.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 19.

6.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 24.

6.4. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

7. Novas Normas e Interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2016:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Insitui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge.	1º de janeiro de 2018
IFRIC 22 - "Foreign Currency Transactions and Advance Consideration"	Esclarece que a taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial de adiantamentos não monetários, pagos ou recebidos em moeda estrangeira, é determinada pela data em que o adiantamento é inicialmente reconhecido.	1º de janeiro de 2018

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos Mercantis", que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

12. Investimento

12.1. Mutação dos Investimentos

Empresa	2015	Aporte Aquisição	Resultado de Equivalência	Impairment		Amortização da mais valia de ativos	Outros Resultados Abstranhos	Transf. para Mantidos p/Vendas	2016
				Participação	Ágio e Mais Valia				
Bioleão Industrial e Comercial S.A.	10.146	-	(6.434)	(820)	(2.800)	(92)	-	-	-
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	464.192	-	104.702	-	-	(1.376)	-	(567.518)	-
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	110.848	-	(21.352)	-	(46.447)	(296)	-	-	42.753
Bambuí Bioenergia S.A. (*)	-	5.000	(1.820)	(3.180)	-	-	-	-	-
Guarani S.A. (**)	759.117	176.431	(109.183)	(328.384)	(30.672)	(3.304)	429.524	(893.529)	-
Belem Bioenergia Brasil S.A. (***)	-	84.060	(31.916)	(52.144)	-	-	-	-	-
Total	1.344.303	265.491	(66.003)	(384.528)	(79.919)	(5.068)	429.524	(1.461.047)	42.753

(*) Inclui provisão para baixa do adiantamento para futuro aumento de capital em dez/2015 (R\$ 5.000), sendo capitalizado apenas em 2016.

(**) Valor líquido entre o aporte e perda provisionada em dez/2015 (aporte: R\$ 268.096 mil e perda: R\$ 91.865 mil).

(***) Inclui provisão para baixa do adiantamento para futuro aumento de capital em dez/2015 (R\$ 3.200), sendo capitalizado apenas em 2016.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e Bancos	565	2.246
	565	2.246

9. Contas a receber, líquidas

	2016	2015
Clientes		
Terceiros	1.709	2.731
(-) PCLD	(875)	(905)
Partes relacionadas	143.788	151.001
Receíveis de ativos financeiros (i)	4.628	38.893
Outras	457	583
	149.707	192.303

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP, é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 27.3.

10. Estoques

	2016	2015
Matéria-prima	325	755
Produtos intermediários	31.861	19.158
Produtos acabados (*)	14.304	19.677
Materiais	4.820	5.083
(-) Ajuste a valor de mercado de estoques	(1.418)	(1.472)
	49.892	43.202

(*) Biodiesel, glicerina, borra de refino e ácido gálico

11. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

Os Planos de Negócios e Gestão da Petrobras e da companhia preveem parcerias estratégicas e desinvestimentos. A carteira de ativos para potencial alienação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios e, por essa razão, a condição para a classificação de ativos como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pelo Conselho de Administração.

11.1. Venda de ativos

Venda da Nova Fronteira

Em 15 de dezembro de 2016, a companhia celebrou acordo com o Grupo São Martinho para incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A., pela São Martinho.

A companhia receberá 24.023.708 ações ordinárias, emitidas pela São Martinho, representando 6,593% do capital votante. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 12 de janeiro de 2017.

A Companhia reconheceu perda de R\$ 99.518, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pela diferença entre o valor justo dos ativos e seu valor contábil.

Essa negociação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras e na AGE da companhia em 15 de dezembro de 2016.

Venda da Guarani

Em 28 de dezembro de 2016, celebrou a venda da Guarani S.A. na totalidade de sua participação (45,97%), para a Tereos Participations S.A.S, pelo valor de US\$ 202.000. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 18 de janeiro de 2017.

Essa operação gerou uma perda de R\$ 235.191, registrada no resultado de participações em investimentos, em dezembro de 2016. Adicionalmente, no fechamento da operação, ocorrido em 03 de fevereiro de 2017, será registrado um ganho de R\$ 62.770, decorrente de ajustes reflexivos negativos no patrimônio líquido das operações reflexas da Guarani de hedge de fluxo de caixa (-R\$ 69.332) e ajustes acumulados de conversão positiva R\$ 132.102.

Essa negociação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras e na AGE da companhia em 28 de dezembro de 2016.

11.2. Ativos classificados como mantidos para venda

	2016
Ativos classificados como mantidos para venda	
Investimentos	
Nova Fronteira	567.518
Impairment	(99.518)
Guarani	893.529
Impairment	(235.191)
	1.126.338

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

12.2. Informações sobre as Investidas

	31 de dezembro de 2016				Lucro líquido (prejuízo) do exercício
	Capital subscrito	Ações Ordinárias em milhares	% de Participação	Patrimônio líquido	
Empreendimentos controlados em conjunto					
BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.	158.516	6.481	50,00%	59.913	(41.929)
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	20.440	20.440	50,00%	1.639	(12.868)
Nova Fronteira Bioenergia S.A. (*)	858.837	837.333	49,00%	1.098.601	207.236
Belem Bioenergia Brasil S.A.	763.470	763.470	50,00%	587.787	(63.832)
Coligadas					
Bambuí Bioenergia S.A.	179.562	219.389	28,67%	(19.979)	(59.738)
Guarani S.A. (**)	2.995.935	801.129	45,97%	2.618.842	(161.108)

(*) Ativos classificados como mantidos para venda e posição patrimonial de 30 de novembro de 2016.

(**) Ativos classificados como mantidos para venda.

12.3. Informações Contábeis Resumidas de Empreendimentos Controlados em Conjunto e Coligadas

	Empreendimentos controlados em conjunto (*)		Coligadas (*)	
	Pais	Pais	Pais	Pais
Ativo Circulante	60.327	59.044		
Ativo Realizável a Longo Prazo	317.447	42.400		
Imobilizado	386.195	382.474		
Outros Ativos Não Circulantes	15.499	518		
	779.468	484.436		
Passivo Circulante	89.107	413.290		
Passivo não Circulante	118.865	91.125		
Patrimônio Líquido	591.496	(19.979)		
	779.468	484.436		
Receita Operacional Líquida	87.742	181.176		
Lucro Líquido do Exercício	74.732	36.405		
Percentual de Participação Mínimo	50,00%	28,67%		
Percentual de Participação Máximo	50,00%	28,67%		

(*) Não inclui as informações da Nova Fronteira e da Guarani.

13. Imobilizado

O ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2016 estava representado da seguinte forma:

	Terrenos, edificações e benfeitorias				Equipamentos e outros bens		Ativos em construção		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	95.069	5.166	47.579	147.814					
Adições	–	1.624	26.482	28.106					
Baixas	–	(149)	(6.523)	(6.672)					
Transferências	48.908	–	(48.908)	–					
Depreciação	(9.018)	(1.015)	–	(10.033)					
Impairment - constituição	(52.130)	–	(8.797)	(60.927)					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	82.831	5.626	9.833	98.290					
Custo	110.032	9.827	9.833	129.692					
Depreciação acumulada	(27.201)	(4.201)	–	(31.402)					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	82.831	5.626	9.833	98.290					
Adições	1.176	1.465	5.130	7.771					
Baixas	97	(35)	–	62					
Transferências	7.034	–	(7.034)	–					
Depreciação	(4.522)	(908)	–	(5.430)					
Impairment - constituição/reversão	4.173	–	–	4.173					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90.789	6.148	7.929	104.866					
Custo	122.512	11.257	7.929	141.698					
Depreciação acumulada	(31.723)	(5.109)	–	(36.832)					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90.789	6.148	7.929	104.866					

Tempo de vida útil médio em anos

(5 a 10 anos) (5 a 10 anos)
(exceto terrenos)

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados inicialmente ao seu valor de custo, complementado pelos gastos necessários à sua instalação e funcionamento. O valor de realização é testado anualmente para eventuais ajustes em seu custo, caso seja necessário. A depreciação é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

As benfeitorias referem-se à conclusão de projetos de melhorias e de aumento de confiabilidade operacional das usinas de biodiesel, de propriedade da Petrobras. Essas usinas estão arrendadas pela companhia e são regidas por um contrato de arrendamento onde não são previstas quaisquer devoluções de valores gastos em benfeitorias pela companhia.

As benfeitorias realizadas pela companhia são depreciadas pela sua vida útil, seguindo o pressuposto da renovação automática do contrato, conforme política contábil da Petrobras.

Os gastos relacionados aos ativos em construção, que totalizam em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$7.929 (2015 - R\$ 9.833) referem-se, principalmente: (i) conclusão de projetos nas usinas de biodiesel visando a otimização de processos e a melhoria da confiabilidade nas unidades de pré-tratamento e off-site; e (ii) adequações do parque de tançagem.

14. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

14.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados com indicio de desvalorização, a companhia priorizou o emprego do valor em uso dos ativos (agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC) a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo ou do conjunto de ativos que compõem a UGC; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da companhia para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e (iii) taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) pós imposto. A definição de unidades geradoras de caixa (UGCs) está descrita na nota explicativa 5.7.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGCs foram: (i) taxa de desconto de 10,2% para 2016 (9,3% - 2015); (ii) aplicação da nova curva de câmbio aos preços em dólar projetados para o óleo de soja e a curva de preços de biodiesel projetada em reais; (iii) aplicação de novos spreads em relação ao óleo de soja Paraguai e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido a novas condições de mercado.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente. A nova UGC é composta pelas usinas de Montes Claros e Candeias. Adicionalmente, a companhia identificou, em função da mudança de UGC, a necessidade de testes de perda por desvalorização para determinados ativos e unidades geradoras de caixa. As perdas oriundas dos testes realizados foram reconhecidas em outras despesas líquidas. Os resultados dos testes são apresentados a seguir:

Ativo	Valor contábil líquido	Valor Recuperável	Reversão/constituição por desvalorização
Usinas de Biodiesel	101.723	105.896	4.173

14.2. Investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (incluindo ágio)

Nas avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto, incluindo ágio, foi utilizado o método do valor em uso, a partir de projeções que consideram: horizonte de projeção do intervalo de 5 a 15 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos aprovados pela administração da companhia e suas investidas; e taxa de desconto pré-imposto (em termos reais), que deriva do WACC pós imposto.

A avaliação dos investimentos resultou no reconhecimento de perda por desvalorização de R\$ 456.247, apurada pela avaliação do teste de Impairment, decorre principalmente: (i) pela elevação da taxa de desconto (2016: 10,2% e 2015: 9,3%), devido ao aumento do prêmio de risco setorial e risco país; (ii) exclusão de projeto em andamento devido às mudanças decorrentes do Plano de Negócios e Gestão; (iii) deterioração dos preços de venda no mercado interno e externo do segmento sucroenergético. A seguir são apresentadas as perdas dos investimentos em 31 de dezembro de 2016:

31 de Dezembro 2016				
Investimento	Segmento	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Perda por desvalorização	
Belem Bioenergia Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	48.944	
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	46.447	
Bambuí Bioenergia S.A.	Etanol	10,2%	(1.820)	
Guarani S.A.	Etanol	10,2%	359.056	
Total			456.247	

31 de Dezembro 2015				
Investimento	Segmento	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Perda por desvalorização	
Belem Bioenergia Brasil S.A. (*)	Biodiesel e Suprimento Agrícola	9,3%	244.949	
Bambuí Bioenergia S.A. (**)	Etanol	9,3%	72.952	
Guarani S.A.	Etanol	9,3%	216.991	
Total			543.346	

(*) Inclui a provisão para baixa do adiantamento para futuro aumento de capital (R\$ 3.200)

(**) Inclui a provisão para baixa do adiantamento para futuro aumento de capital (R\$ 5.000)

14.3. Mantidos para venda

31 de Dezembro 2016			
Mantidos para Venda	Valor contábil	Valor de venda	Perda por desvalorização
Guarani S.A.	893.529	658.338	235.191
Nova Fronteira S.A.	567.518	468.000	99.518
Total			334.709

15. Fornecedores

	2016	2015
Terceiros no país	56.277	97.740
Terceiros no Exterior	4.284	5.133
Partes relacionadas	45.295	332.272
	105.856	435.145

16. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos eram compostos como segue:

	2016	2015
Ativo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (i)	135.283	142.918
Outras	8.505	8.085
	143.788	151.001
Não Circulante:		
Guarani (iii)	–	176.431
Passivo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (ii)	38.724	59.614
Guarani (iii)	–	268.096
Outras	6.571	4.562
	45.295	332.272
Não circulante:		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	367.473

Resultado

Receita Líquida de vendas	2016	2015
Petróleo Brasileiro (iv)	806.548	715.643

Custo dos produtos vendidos	2016	2015
Petróleo Brasileiro (v)	(882.654)	(786.862)

Despesas compartilhadas	2016	2015
Petróleo Brasileiro (vi)	(90.263)	(112.150)

Resultado financeiro, líquido	2016	2015
Petróleo Brasileiro (vii)	147.712	76.296

(i) Os créditos junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, são provenientes das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gas Natural e Biocombustíveis - ANP;

(ii) O saldo a pagar refere-se, principalmente, a provisão de salários e encargos de empregados da Petrobras, cedidos ou prestando serviços à companhia.

Continua



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.
CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

- (iii) Provisão de R\$ 268.096 da companhia na Guarani, referente ao último aporte, em 05 de janeiro de 2016, com perda provisionada em dezembro de 2015 no valor de R\$ 91.865;
- (iv) A venda de biodiesel para a Petrobras representa 100% do volume total nos exercícios de 2015 e 2016;
- (v) Custo nas vendas de biodiesel para o acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;
- (vi) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos (2016 - R\$ 51.823 e 2015 - R\$ 87.917), gastos com arrendamento das usinas de biodiesel (2016 - R\$ 19.354 e 2015 - R\$ 17.044), os serviços compartilhados (2016 - R\$ 9.197 e 2015 - R\$ 4.475), gastos com compartilhamento de custos e despesas - CCCD (2016 - R\$ 9.889 e 2015 - R\$ 11.264) e outros da companhia com a utilização da estrutura da Petrobras; e
- (vii) Os valores referem-se às receitas oriundas das operações de REPETRO (2016 - R\$ 151.982 e 2015 - R\$ 110.755) e despesas, principalmente, com a atualização do atraso no pagamento de gastos com pessoal cedido, arrendamento e contrato de compartilhamento de custos e despesas - CCCD (2016 - R\$ 4.270 e 2015 R\$ 34.459).

A companhia firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (REPETRO).

A Petrobras, remunera a companhia com o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento) ao ano *pro-rata* sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2016 foi auferida a receita de R\$ 151.982.

As garantias concedidas pela companhia apresentam os seguintes saldos a liquidar:

	2016	2015
2017	1.774.499	1.534.358
2018	1.224.898	1.195.208
2019	4.459.647	4.103.086
2020	15.709.125	7.152.038
2021	63.929	-
2022 em diante	326.798	211.875
	23.558.896	14.196.565

No exercício de 2016, a remuneração atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros totalizava o valor de R\$ 4.594 (2015 - R\$ 4.868).

17. Tributos

17.1. Tributos correntes

As contas de tributos correntes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 se compõe de:

	Ativo		Passivo	
	2016	2015	2016	2015
ICMS	5.078	5.469	1.672	1.423
PIS/COFINS	25.705	24.000	-	-
IRRF	1.129	429	384	517
IPI	1.658	-	-	-
Outros tributos	311	265	160	329
Total	34.481	30.163	2.216	2.269
Circulante	26.772	20.821	2.216	2.269
Não circulante	7.709	9.342	-	-

17.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro/prejuízo

	2016	2015
Prejuízo antes dos impostos	(885.864)	(955.872)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	301.194	324.996
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais	-	7.331
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(284.339)	(294.547)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(16.855)	(37.780)
Outros	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-

(*) Inclui equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2016, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 1.345.736 e R\$ 1.346.256 (2015 - R\$ 1.200.789 e R\$ 1.201.227). A companhia não efetuou o registro do ativo fiscal difido por não atender cumulativamente as condições estabelecidas no CPC 32.

18. Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC

A companhia possui um limite de R\$ 50.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras.

O processo de antecipação de recebíveis é gerido pelo Caixa Nacional da Controladora com um custo de 100,5% do CDI por operação.

Em 31 de dezembro de 2016, a companhia possuía créditos tomados junto ao FIDC no valor de R\$ 44.651.

19. Benefícios concedidos a empregados

19.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano foi implementado pela Empresa, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

O plano de contribuição definida possui uma parcela de benefício definido que refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2016, a contribuição da companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 1.990 (2015 - R\$ 1.863).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2017 conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

Com a adoção da lei nº 13.135/2015, os cônjuges com menos de 44 anos deixam de ter direito à pensão vitalícia e passam a seguir uma tabela de progressão. Nesse sentido, houve o reconhecimento de uma receita atuarial com custo do serviço passado.

A contribuição esperada da companhia para 2017 é de R\$ 1.789, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2016 é de 43,20 anos.

19.2. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras Biocombustível mantém um plano de assistência médica (AMS) pós-emprego a todos os seus empregados a partir de 1º de setembro de 2014.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmacêutico que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2016 é de 41,39 anos.

(a) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Obrigação atuarial no início do exercício	833	1.212	1.549	633
Custo do serviço corrente	282	602	274	611
Custo dos juros	121	178	203	83
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(107)	37	(137)	(158)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(317)	(52)	(288)	(8)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	1.926	1.292	(617)	71
Custo de Serviço Passado - Redução do Plano	-	-	(151)	(20)
Obrigação atuarial no fim do exercício	2.738	3.269	833	1.212

(b) Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Ativos do plano no início do exercício	-	-	(135)	-
Receita de juros	-	-	(18)	-
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	-	-	153	-
Ativos do plano no fim do exercício	-	-	-	-

(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Não circulante				
Valor presente das obrigações	2.738	3.269	833	1.212
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	2.738	3.269	833	1.212

(d) Movimentação do passivo atuarial líquido

(+) Efeitos remens. reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.502	1.277	(890)	(95)
(+) Custos incorridos no exercício	403	780	460	694
(-) Custo de Serviço Passado - Redução do Plano	-	-	(151)	(20)
Saldo em 31 de dezembro	2.738	3.269	833	1.212

(e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	10,84	10,87	14,65	14,69
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	10,84		14,65	
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	7,57		9,85	
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	4,87	4,87	6,87	6,87
Inflação (% a.a.)	4,87	4,87	6,87	6,87
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)		13,91 a 4,00		14,92 a 3,70

20. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 4.340.218 (2015 - R\$ 3.568.612), está representado por 434.021.773 ações ordinárias (2015 - 356.861.229 ações ordinárias) sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Ao longo de 2016, foram efetuados aumentos de capital no montante total de R\$ 771.606, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, conforme poderes outorgados pelo acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

O efeito de outros resultados abrangentes de R\$ 65.802 refere-se, principalmente, ao resultado ainda não realizado nas operações de hedge sobre as receitas que sofrem impacto cambial na investida Guarani, no exercício de 2016.

O prejuízo do ano foi de R\$ 885.984, decorre, principalmente, de perdas por impairment de investimentos, conforme nota 14.

21. Receita de Vendas de Produtos e Serviços

	2016	2015
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	969.543	895.557
Encargos de vendas	(130.907)	(126.822)
Receita de vendas	838.636	768.735

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

22. Custo do produto vendido e despesas por natureza

	2016	2015
Depreciação e amortização	(5.463)	(10.062)
Despesas com pessoal (i)	(84.519)	(88.352)
Matérias-primas / produtos adquiridos	(850.103)	(754.673)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(78.815)	(93.231)
Provisão para perdas contratuais	-	(95.665)
Perda na recuperação de ativo	4.173	(60.927)
Incentivos fiscais	19.662	21.563
Tributárias	(8.251)	(3.963)
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido (ii)	53	461
Impostos e taxas	(327)	(842)
Outros	(4.377)	(26.887)
	(1.007.767)	(1.112.578)
Custo do produto vendido	(919.896)	(844.503)
Despesas com vendas	(5.608)	(6.675)
Despesas gerais administrativas	(83.266)	(95.765)
Despesas tributárias	(8.251)	(3.963)
Outras despesas (receitas), líquidas	9.254	(161.672)
	(1.007.767)	(1.112.578)

(i) Incluído a remuneração atribuída à diretoria executiva e conselheiros no valor de R\$ 4.594 (2015 - R\$ 4.868); e

(ii) O ajuste dos estoques ao valor realizável líquido reflete a diferença apurada entre os custos de produção, destacando-se a aquisição de matéria-prima, com os preços de realização líquidos das despesas de venda, registrados em custo.

23. Outras despesas (receitas), líquidas

	2016	2015
Assistência técnica e sementes	(2.730)	(6.639)
Incentivos fiscais (i)	19.662	21.563
Provisão para perdas contratuais (ii)	-	(95.665)
Reversão (perda) na recuperação de ativo (iii)	4.173	(60.927)
Ociosidade	(9.348)	(9.777)
Projetos cancelados	-	(6.672)
Perda e provisão judicial	(3.287)	-
Outras despesas líquidas	784	(3.355)
	9.254	(161.672)

(i) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS nos estados da Bahia e Minas Gerais;

(ii) Provisão para perda (R\$ 91.665) referente ao aporte de R\$ 268.096 da companhia na Guarani, em 05 de janeiro de 2016, previsto no Acordo de Investimento e perda eventual referente ao adiantamento a Biodiesel pela prestação de serviço, conforme cláusula contratual (R\$ 4.000); e

(iii) Impairment de ativos conforme nota explicativa 14.

24. Processos judiciais e contingências

A companhia e parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiriam provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais prováveis provisionados, são apresentados a seguir:

	2016	2015
Passivo não circulante		
Processos Trabalhistas	2.441	1.281
Processos Fiscais	165	216
Processos Cíveis	12	11
	2.618	1.508

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2016, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2016	2015
Processos Trabalhistas	5.850	10.528
Processos Fiscais	129	123
Processos Cíveis	728	-
	6.707	10.651

25. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas Financeiras - REPETRO	151.882	110.755
Receitas de Aplicações Financeiras - FIDC	2.719	2.329
Receitas Financeiras - contas a receber vendas	90	16
Descontos Obidos	-	41
Juros Recebidos de Clientes	140	344
Despesas Financeiras - Tercios	(105)	(143)
Despesas Financeiras - Partes Relacionadas	(9.742)	(39.034)
Variação Cambial e Monetária	210	12
	145.294	74.320

26. Compromissos

Convênios: *Petrobras Biocombustível e Entidades Governamentais*

No âmbito da sua atuação no semiárido, a companhia firmou um Convênio com o Governo estadual da Bahia, em janeiro de 2014, e dois com o Governo do Ceará, em dezembro de 2013, objetivando o atendimento de agricultores e aquicultores familiares contratados para fornecimento de oleaginosas. Com o Governo do Estado do Ceará, foi firmado novo convênio de 24 meses, em dezembro de 2014, com a Secretaria da Pesca e Aquicultura do Ceará (SPA/CE).

Os compromissos firmados envolvem recursos totais de aproximadamente R\$ 7.674 (Bahia), em 40 meses e R\$ 2.967 (Ceará) em 36 meses, mediante o fornecimento das oleaginosas.

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	2016	2015
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	565	2.246
Contas a receber	149.707	192.303
Passivos		
Fornecedores		
Terceiros	60.561	102.873

27.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Empresa estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

27.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão da companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela atua, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

27.3.1. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco, consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

27.3.2. Risco de liquidez

A companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos e transações de vendas. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

27.3.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

27.3.4. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

27.4. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2016, a companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas de biodiesel possuem cobertura de seguro com a empresa ACE Seguradora S.A., com vigência de 30 de novembro de 2016 até 31 de maio de 2018, com riscos cobertos no valor de R\$ 196.063 e valor de franquias de R\$ 2.000.

28. Eventos subsequentes

28.1. Venda de participação da Guarani

A companhia finalizou em 03 de fevereiro de 2017 a operação de venda da totalidade da participação na Guarani com o pagamento de R\$ 630.646, pela Tereos Participations SAS, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato assinado em 28 de dezembro de 2016.

28.2. Reestruturação societária da Belem Bioenergia Brasil

Em 24 de janeiro de 2017 o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a celebração da parceria entre a BBB e a Dendê do Tauá S.A. (Dentauá), empresa sediada no Estado do Pará que tem por objeto social a produção e comercialização de óleo de palma e derivados. Essa parceria prevê a criação de uma nova empresa, tendo como sócios a BBB e a Dentauá, que prevê a manutenção dos palmeiros no polo de Tailândia e a implementação de uma esmagadora de cacho de frutos frescos para a geração de óleo de palma.

28.3. Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A.

O Conselho de Administração da São Martinho S.A. aprovou, em 30 de janeiro de 2017, a incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A. pela São Martinho S.A.

Essa operação de troca de participação detida pela companhia na Nova Fronteira S.A., por ações da São Martinho S.A., foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de fevereiro de 2017 na São Martinho S.A., concluindo nesta data a operação. A companhia passa a deter, nesta data, uma participação de 8,593% do capital social e votante da São Martinho S.A.

Continua


Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

**MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JORGE CELESTINO RAMOS
Presidente

LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
Conselheiro

PATRICK HORNBACH FAIRON
Conselheiro

CARLOS FELIPE GUIMARÃES LODI
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA
LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
Presidente

LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
Diretor

RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
Diretor

EDUARDO DAMÁZIO DA SILVA REZENDE
Contador
CRC-RJ-084.155/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionista

Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases**Transações com o acionista controlador**

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 16 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Companhia foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e que, portanto, a Companhia mantém saldos e realiza operações de acordo com as diretrizes do mesmo. Adicionalmente, o acionista controlador aprovou durante o ano de 2016 um plano de desinvestimento amplo e que atinge diversos segmentos de negócios, incluindo segmentos em que a Companhia atua diretamente. Até o presente momento, o controlador tem efetuado aportes de capital para cobrir a geração de caixa operacional negativa, capital de giro e manutenção dos investimentos das operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Operação Lava Jato

Chamamos a atenção para a Nota 4 às demonstrações contábeis, na qual a Companhia descreve os fatos relacionados à Operação Lava Jato e como os mesmos se refletem em suas operações e nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1 "S" RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A.

1. O Conselho Fiscal da Petrobras Biocombustível S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social de 2016, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, datado de 03 de abril de 2017, bem como examinou o Orçamento de Capital relativo ao exercício social de 2017, compreendendo Investimentos Totais de R\$ 146.214.000,00 (cento e quarenta e seis milhões, duzentos e quatorze mil reais), dos quais R\$ 12.275.000,00 (doze milhões, duzentos e setenta e cinco mil, reais) de Investimentos Diretos e R\$ 133.939.000,00 (cento e trinta e três milhões, novecentos e trinta e nove mil reais) de Inversões Financeiras (aporte de capital a empresas investidas), a serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A., prevista para ser realizada em 20 de abril de 2017.

2. Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estas matérias estão em conformidade com os dispositivos legais e estatutários e, com base nos exames efetuados, e à vista do parecer favorável da PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes, datado de 03 de abril de 2017, emitido com ênfase acerca das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o Conselho Fiscal opina favoravelmente, sem ressalvas, à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na referida Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A.

Rio de Janeiro, 07 de abril de 2017.

Andre Mary Sampaio
Presidente

Wilson Rodolfo de Souza Gomes
Conselheiro

Priscilla Maria Santana
Conselheira